

A PEDAGOGIA DO VÍRUS: COTIDIANOS E EDUCAÇÃO NÃO PRESENCIAIS

Leonardo Nolasco-Silvaⁱ
Vittorio Lo Biancoⁱⁱ
Matheus Franco Delgadoⁱⁱⁱ

Resumo: Neste ensaio, partimos de uma ideia anunciada por Boaventura de Sousa Santos, para quem o vírus é um pedagogo que está tentando nos dizer alguma coisa. A título de recorte, iremos pensar as implicações dessa *pedagogia do vírus* para o campo da educação, focando nas ações institucionais, políticas e mercadológicas que buscam instituir formas diversas de ensino não presencial. Para tanto, acessamos por meio de netnografia, em grupos e perfis do Facebook, a reverberação entre os professores de algumas iniciativas de ensino remoto experimentadas no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc).

Palavras-chave: Educação a distância; Educação online; ensino remoto; novo coronavírus.

VIRUS PEDAGOGY: DAILY LIFE AND NON-PRESENTIAL EDUCATION

Abstract: In this essay, we start from an idea announced by Boaventura de Sousa Santos, for whom the virus is a pedagogue who is trying to tell us something. As an excerpt, we will think about the implications of this virus pedagogy for the field of education, focusing on institutional, political and marketing actions that seek to institute different forms of non-face to face teaching. To this end, we accessed through netnography, in groups and Facebook profiles, the reverberation among teachers of some remote teaching initiatives experienced within the scope of the State Department of Education of Rio de Janeiro (Seeduc).

Keywords: Distance Learning; Online education; remote teaching; new coronavirus.

Nos cotidianos da vida suspensa, mas que não para

Escrevemos^{iv} em meio ao turbilhão de notícias que se acumulam em movimentos diários de desespero, desesperança, indignação e medo. Muito medo. Medo de sermos contaminados, medo de perdermos a quem amamos para a onda de contaminação^v, medo de não sabermos o que fazer quando precisarmos, efetivamente, fazer alguma coisa^{vi}. Medo do amanhã, medo de não termos um amanhã. Medo de não darmos conta das demandas do trabalho. Medo de perdermos a conta da equação que liga a nossa existência ao trabalho que realizamos ou precisamos realizar^{vii}. Medo. Preocupação. Insônia. Dúvidas sobre o que fazer, como fazer, quando fazer. Devemos fazer alguma coisa? Devemos esperar? Podemos esperar?



Temos tempo para esperar^{viii}? Estamos no controle? Perdemos o controle? Estávamos, antes disso tudo começar, controlando alguma coisa^{ix}? São questões que nos constituem nos cotidianos da vida suspensa. *Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma^x.*

Neste ensaio, tecido em parceria por praticantes das pesquisas “nos/dos/com os cotidianos escolares”, partimos de uma ideia anunciada por Boaventura de Sousa Santos, para quem o vírus é um pedagogo que está tentando nos dizer alguma coisa^{xi}. O sociólogo português desafia: “o problema é saber se vamos escutar e entender o que ele (o novo coronavírus) está nos dizendo”^{xii}. A reflexão proposta pelo intelectual português é potente e capaz de nos levar por muitas e frutíferas paisagens sobre as quais poderíamos nos debruçar em diálogo com os nossos autores de referência. Contudo, a título de recorte, iremos pensar as implicações dessa *pedagogia do vírus* para o campo da educação, focando nas ações institucionais, políticas e mercadológicas que buscam instituir formas diversas de ensino não presencial – cujas denominações variam em cada cenário – para realizar um objetivo que virou uma espécie de mantra: “a educação não pode parar”. Para tanto, nosso lócus de observação serão as iniciativas de práticas de ensino remotas experimentadas no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc). *Até quando o corpo pede um pouco mais de alma^{xiii}*. Traremos, para ilustrar o debate, falas de professores distribuídas pelo ciberespaço, rastros de conversas tecidas online, que capturam expectativas, tensões e táticas docentes frente aos processos de digitalização do ensino em tempos de pandemia. Tais narrativas foram netnografadas, entre março e junho de 2020, em perfis e grupos do Facebook, em especial o “Professores do Estado RJ”^{xiv}. A netnografia é:

uma ferramenta metodológica que amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional ao permitir o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem constantemente no ciberespaço a partir do desenvolvimento e da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O método netnográfico adapta técnicas, procedimentos e padrões metodológicos tradicionalmente empregados na etnografia para o estudo de culturas e comunidades emergentes na Internet (CORRÊA; ROZADOS, 2017, p. 2).

Antes de seguirmos, contudo, precisamos dizer que compartilhamos com Alves (2015) o entendimento de que a educação se dá em rede, sendo as escolas e as universidades dois lócus privilegiados da nossa formação (fundamentais, mas não os únicos). Aprendemos e ensinamos em múltiplos e complexos *espaçostempos^{xv}*, em processos contínuos de trocas, de usos (CERTEAU, 1994)^{xvi} e de bricolagens tecnológicas (NOLASCO-SILVA, 2019)^{xvii}. Por isso, acreditamos ser redundante dizer que *a educação não pode parar* porque, de fato, ela

não para nunca; a educação não cessa mesmo quando estamos de quarentena. Porque *a vida não para enquanto o tempo acelera e pede pressa*^{xviii}.

Mas qual é a razão da pressa? O que motiva o Estado, mergulhado numa crise pandêmica sem precedentes, a buscar soluções urgentes para a continuidade da escolarização formal quando ainda não temos garantias para a continuidade da vida de todo mundo? Dizemos isso porque há vidas cuja continuidade já não era garantida antes e agora, na presença constante da morte, valem menos ainda^{xix}. O vírus é democrático, não faz distinção de vítimas. Mas o que acontece depois da contaminação segue à risca o *modus operandi* das desigualdades sociais. *A vida é tão rara*^{xx}. E raro é também o direito à vida e à Educação^{xxi}. É imperativo ter muito clara essa dimensão de uma solução que jamais será justa se pretender ser universal^{xxii}, se desconsiderar as diferentes formas e níveis de acesso à informação, aos equipamentos, ao *saberfazer* com as tecnologias reinantes em nosso tempo (um tempo que também não é o mesmo para todo mundo)^{xxiii}.

Para onde estamos indo? Com que meios de locomoção? O que justifica, no plano político, institucional e mercadológico – esse tripé cada vez mais integrado – o desejo de continuidade de um tipo específico de formação – a educação formal, realizada nas escolas e nas universidades? E mais: quais as implicações das práticas de ensino não presenciais que, por não atenderem às especificidades da modalidade a distância e, tampouco, se encaixar nos princípios de uma educação online, são chamadas, sem maiores explicações, de “ensino remoto”^{xxiv}?

Tais práticas de ensino, mediadas por tecnologias digitais da informação e da comunicação, têm sido apontadas como soluções aligeiradas a garantir a “continuidade” dos ritos escolares e acadêmicos no decorrer da pandemia, quase sempre ignorando a necessidade de se compreender a heterogeneidade dos acessos e das formações imprescindíveis para o bom funcionamento dessas “soluções”. Para muitos gestores de escolas, secretarias e universidades, enquanto durar o isolamento social, deveríamos seguir os ritos oficiais da formação, de maneira remota, através de gestos de mediação tecnológica – expressão muito utilizada ultimamente por pessoas que não dizem, exatamente, do que se trata essa mediação. Como mediar? O que mediar? Com quais tecnologias? Baseados em que princípios? Para qual público? Para todos? Para alguns? *Enquanto todo mundo espera a cura do mal*^{xxv}.

O Ensino está cada vez mais remoto. Sou professor da rede estadual do Rio de Janeiro e da rede municipal de Duque de Caxias. Quando penso em Ensino Remoto só uma palavra me vem à cabeça: fraude. Você sabe por que pararam de chamar as “aulas virtuais” de “Ensino a Distância” (EaD) e passaram a chamar de “Ensino Remoto”? Porque a EaD, por mais problemas

que tenha, é uma modalidade de ensino com regras próprias de funcionamento, planejamento e avaliação. Já ensino remoto não é nada. É uma invenção de última hora, uma gambiarra. Uma definição razoável de Ensino Remoto seria “faz qualquer coisa pela internet e chama de aula”. Tivemos que aprender a trocar a roda do carro com ele andando. Não aprendemos. Nós professores estamos tendo o dobro, o triplo de trabalho para preparar as aulas, mas os resultados são próximos de zero. Muitos estudantes denunciam que não estão aprendendo nada com as atividades virtuais. Outros já jogaram a toalha e nem comentam mais. Alguns sequer têm acesso à internet e, por consequência, às atividades. Tudo está fora do lugar: rotinas alteradas, rendas familiares diminuídas ou zeradas, a morte pela pandemia batendo na porta. Enquanto isso, os governos insistem que temos que tocar violino como se nada estivesse acontecendo. E lá vou eu fingir que dou aula sobre Primeira República, afinal, “o ensino não pode parar”. Não pode? Mas parou. E agora? Os alunos não estão aprendendo. Voltar às aulas presenciais agora é impensável. Portanto, eu só vejo uma saída para quem leva a educação a sério: interromper o ano letivo e só voltar quando for possível uma aula de verdade. Obviamente, Enem, outros vestibulares e etc também deveriam ser adiados até o fim do ano letivo. “Ah, mas eu conheço um aluno que aprendeu uma coisa”. Ótimo. Tem gente aprendendo o tempo todo em todos os lugares. Viva o aprendizado. Mas não é assim para os estudantes enquanto grupo, não é aula. “Ah, mas e quem precisa ou quer se formar no fim do ano?”. Olha, se é só uma questão de diploma, faz o documento e entrega online. Não precisa enganar ninguém, vamos publicizar o fracasso. E para quem preferir um terceiro ano de verdade, o governo deveria garantir que os estudantes pudessem fazê-lo assim que for possível. Ainda sonho que os estudantes, hoje frustrados, desanimados, possam esperar um futuro. Para estarmos juntos esperando com eles, não podemos fingir que está tudo bem. Não está. (Postado em junho de 2020, no perfil pessoal do professor no Facebook).

Sabemos que a educação a distância não se baseia, simplesmente, na transposição de modos de *aprenderensinar* do presencial ao remoto, mas em traduções que demandam conhecimentos, técnicas, reflexões teóricas advindas de uma formação específica para um novo modo de trabalhar e de estudar. Trata-se de apostar, no caso da Educação Online, em especial, em uma nova cultura que nos permita reconstituir os laços, que nos apresente outros caminhos para o pertencimento, que reconfigure posições de hierarquia, que nos ofereça opções de autorias, de consumo, de fruição diante da vida produzida em movimentos de compartilhamentos, de curtidas, de remixagens, de trânsitos hipertextuais, de processos outros de subjetivação que não se alinham à instrução, à transmissão e à avaliação tradicionais de conhecimentos – procedimentos muito valorizados por concepções mais conservadoras da educação presencial. Por isso, o debate atual sobre soluções pedagógicas para a continuidade ou retorno das aulas em tempos de pandemia, deve estar atento a esses movimentos da cibercultura, que não são novos, mas que têm se intensificado nos últimos anos.

Movimentos que questionam os modos de fazer tradicionais da escolarização formal, que rompem com a comunicação *um-todos*, apostando na polifonia e na liberdade das

interações que são efeitos da dinâmica da própria vida. As pesquisas nos/dos/com os cotidianos compreendem que somos todos *docentesdiscentes* (ALVES, 2015) e, portanto, a palavra deve circular entre nós, sem hierarquias, sem postos fixos de locutor e audiência. Essa concepção já se impõe nas salas de aula presenciais, constituídas por sujeitos que operam no tempo presente, mas se intensifica na ambiência online que oportuniza a formação remota.

Decerto, ao falarmos da vida na cibercultura (e das práticas educativas ciberculturais – institucionalizadas ou não) não estamos acusando a incapacidade dos professores e dos estudantes de transitarem por esses artefatos tecnoculturais baseados no digital em rede^{xxvi}, mas é razoável pensar que tais ambiências demandam, entre outras coisas, poder aquisitivo, tempo de cultivo, saberes técnicos específicos que, é sabido, estão longe de serem universalmente acessíveis. Então, quando se fala em práticas de ensino não presenciais (e no contexto em tela isso parece querer dizer “Educação a distância”, ainda que não assumida e, muito menos, seguindo os princípios desta modalidade), fala-se também (ainda que nas entrelinhas) em educação excludente, em práticas de seletividade, de privilégios e, sobretudo, de negação ao direito à Educação e à aprendizagem^{xxvii}. *E a loucura finge que isso tudo é normal*^{xxviii}.

A cibercultura compõe, de fato, a cultura do tempo presente (SANTOS, 2011). Mas cultura é conceito vasto, não linear, possui muitas camadas que acoplam espaços e tempos distintos, indo e voltando, seguindo e parando, adotando ou negando este ou aquele movimento, sempre produzindo o novo, em negociação. Nem tudo é assimilado, nem tudo é integrado ainda que exista uma forte pressão do mercado, do Estado e das instituições para que todos componham a vida digitalizada. Há existências sem computadores, sem celulares, sem tablets e outros dispositivos de conexão. Há pessoas sem @, sem seguidores, sem diários éxtimos^{xxix} (SIBILIA, 2008), sem conexão com a Internet. Representantes da ligação perdida, da rede ocupada, das vidas que sequer conheceram a Internet discada, para quem a ficha ainda não caiu (e precisa? Será obrigatório?). É razoável exigir ou supor que no meio da tragédia, da vida ceifada, dos leitos hospitalares em falta, do luto, da luta por sobrevivência, do auxílio emergencial^{xxx} eternamente em análise que deixa muitos sem assistência, as pessoas digital e ciberculturalmente excluídas^{xxxi} sejam conduzidas à imposição, sem as devidas precauções, da formação remota?

Não descartamos ou somos contrários a essa opção, tecnologicamente mediada, de retomada ou de continuidade da vida escolar e universitária, mas acreditamos ser imperativo ponderar sobre o modo como isso tem se dado e se dará enquanto estivermos sob a *pedagogia do vírus*. O alerta de Boaventura de Sousa Santos (2020) é sobre a necessidade de revermos as

nossas prioridades de consumo, nossos modos de produção e, sobretudo, de questionar a arrogância dos países do Norte em lidar com o vírus a partir da metáfora da guerra. O vírus, para Santos, não é um inimigo que deve ser abatido, pois necessário à natureza e aos animais. Se o novo coronavírus chegou aos humanos foi pelo desequilíbrio que nós mesmos causamos aos ciclos vitais da natureza. Então, se matarmos este vírus e nada aprendermos com ele, outros vírus aparecerão como consequências da nossa ambição, da crença no capitalismo como invencível e inesgotável. O novo coronavírus coloca-nos, a todos, perante a falibilidade do dinheiro, do poder da natureza que, mais uma vez, se impõe diante *da força da grana que ergue e destrói coisas belas*^{xxxii}. Muitos brasileiros, incluindo os integrantes do atual governo federal, partilham dessa arrogância dos países que se consideram centro e, por isso, as preocupações de Santos (2020) parecem-nos pertinentes para pensarmos o cenário nacional.

Quando apostamos em soluções globais, fetichizando as tecnologias digitais, atribuindo a elas o peso de uma nova língua universal, a responsabilidade de dar conta da operacionalização do trabalho, seja ele qual for, estamos, mais uma vez, subestimando as nossas ignorâncias diante das complexidades do tempo presente e das culturas não redutíveis a um modelo único. Soluções didáticas impostas de cima para baixo, mediadas ou não pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação, desconsideram a oportunidade de se praticar uma ecologia dos saberes^{xxxiii}, aprendendo a ouvir, ver, sentir o que já praticam os professores em suas aulas, a despeito das/em meio às adversidades, como estas que hoje enfrentamos.

[...] Uma aula é uma espécie de matéria em movimento. [...] Numa aula, cada grupo ou cada estudante pega o que lhe convém. [...] Uma aula é emoção. É tanto emoção quanto inteligência. Sem emoção, não há nada, não há interesse algum. Não é uma questão de entender e ouvir tudo, mas de acordar em tempo de captar o que lhe convém pessoalmente. [...] Sentimos o deslocamento dos centros de interesse que pulam de um para outro. Isso forma uma espécie de tecido esplêndido, uma espécie de textura. (DELEUZE, 1986)^{xxxiv}.

O princípio de uma aula é menos o meio que o encontro. Encontros podem existir na presença física ou na presença que se cria na virtualidade do digital em rede. Há presença quando há deslocamento. Deslocar-se é efeito do que não se prevê, do acontecimento^{xxxv}. A docência, quando considerada em sua imprevisibilidade, oportuniza momentos de perturbação, de ruptura, desarruma o que pensamos saber sobre as coisas, sobre o mundo, sobre nós mesmos. É uma espécie de esvaziamento para preenchimentos outros. Por isso, quando debatemos ensino a distância, não podemos esquecer a dimensão dos corpos que,

mesmo separados por uma tela ou outros dispositivos, mantém a capacidade do choque, da conexão, do *match*^{xxxvi}.

Os gestores, ao pensar nessas saídas de mediação tecnológica, não devem desconsiderar que professores, professoras e estudantes já são usuários e criadores de tecnologias que não coincidirão, necessariamente, com aquelas eleitas pelo mercado como sendo as indicadas, as melhores, as que devem ser utilizadas em contextos de salas de aula não presenciais. Será crucial compreender como a vida se organiza na multiplicidade das classes sociais, das crenças, das existências, dos cotidianos que não reconhecem padronização e que não se dobram sem resistências e sem criar soluções próprias, bricolando experiências e produzindo diferença. *O mundo vai girando cada vez mais veloz*^{xxxvii}.

Exemplo de inserção de material na plataforma Google Classroom.

Pessoal, sem estresse, estamos em meio a uma pandemia que pode ceifar muitos de nós e de nossos alunos. Vamos tentar nos mantermos calmos e são emocionalmente.

Vamos simplificar? Pega o currículo mínimo, pesquisa na internet um link referente ao assunto no Youtube, por exemplo, e coloca disponível para os alunos. Podemos elaborar um estudo dirigido: umas perguntas sobre o que eles assistiram, a fim de servir como a reflexão acerca do assunto.

Não precisamos "gravar" video-aulas, mas podemos. O que tenho percebido aqui no grupo é uma grande preocupação com isso, os colegas talvez pensando que teremos de estar online em nossa casa, com uma webcam, ao vivo, enquanto os alunos estarão em casa assistindo. Não funciona assim.... É disponibilizar materiais.

Eu, por exemplo, tenho e uso muito o aplicativo ScanScanner no celular. Eu já usava em sala com os alunos a tecnologia porque sou de Língua Portuguesa, em geral não tem livro para todos então colocar o texto no quadro é simplesmente inviável. Então eu escaneava o material que iria utilizar e disponibilizava a eles por Bluetooth.

Eles liam o texto no celular e respondiam no caderno. Super deu certo.

Quanto às atividades para alimentar a plataforma, posso escrever as mesmas à mão, escanear e disponibilizar na plataforma.

Enfim, sem consumação na alma. Vamos manter a serotonina em alta porque estresse produz cortisol, que faz baixar a imunidade (tudo o que não precisamos nesse momento)...

Minha tia está isolada em casa há 15 dias nos EUA, em uma cidade cuja metade da população está infectada, no estado de Connecticut, e lá tb estão usando essa plataforma com os alunos. Segundo ela, cada aluno recebeu um chromebook para levar para casa.... (bem diferente daqui) e os professores verificam as atividades realizadas pelos discentes às sextas-feiras. (*Postado em 29 de março de 2020, em grupo do Facebook*).

Rio de soluções apressadas

Ainda na primeira semana da quarentena no Brasil, enquanto o mundo parecia não acreditar no que estava acontecendo, iniciou-se no Estado do Rio de Janeiro um debate a respeito das formas possíveis de continuidade da oferta de ensino formal público enquanto perdurasse o isolamento físico^{xxxviii}. Porque a vida pode ser, de repente, interrompida, mas o calendário escolar, não. *A gente espera do mundo e o mundo espera de nós um pouco mais de paciência*^{xxxix}.

O objetivo central dessas discussões – restritas aos gestores, sem consulta à comunidade escolar, precisamos sublinhar – seria a manutenção do calendário acadêmico a despeito do avanço do novo coronavírus e do crescente número de óbitos. As soluções aventadas, nascidas da pressa e da falta de planejamento (mas alinhadas a interesses outros que discutiremos adiante) giravam em torno da formação de parcerias com setores da iniciativa privada que, de repente, sem o necessário debate público, assumiriam a condução técnica (e, em alguns casos, didática^{xl}) da oferta educacional no Estado.

Foi assim que a Seeduc, sob o comando do secretário Pedro Fernandes, formalizou parceria com a Google que, do dia pra noite, incluiu milhares de estudantes das escolas públicas do Estado nos ambientes virtuais do “Google Sala de Aula”, sem levar em conta as inúmeras questões aventadas no início deste texto. Tal movimento não foi precedido por processos de formação específica dos docentes e discentes compulsoriamente envolvidos na tal “solução”. Não se discutiu com os atores atuantes nos processos educativos elementos cruciais como desenho didático, formas de avaliação, seleção e produção de conteúdos etc. *Será que é tempo que lhe falta pra perceber?*^{xli}

Em resposta a essa decisão unilateral e intempestiva, em abril de 2020, o Ministério Público Estadual (MP-RJ) entrou com uma ação civil pública solicitando ao governador a não contabilização das aulas virtuais em termos de carga horária necessária ao cumprimento formal do ano letivo. A alegação do MP-RJ valeu-se de dados da própria Seeduc que atestam que, pelo menos, 20% da rede (cerca de 150 mil estudantes) estariam em situação de exclusão digital. Além disso, de acordo com a ação impetrada, caberia ao Conselho Estadual de Educação (CEE) – e não ao secretário – regulamentar as ações que dizem respeito à educação pública. Na solução apresentada e implementada pela Seeduc o CEE teria sido ignorado.

Em resposta à ação do MP-RJ, a Seeduc argumentou que a formação necessária dos professores para atuarem neste ambiente virtual – unilateralmente escolhido – estava acontecendo via YouTube. Nessa resposta repousa o cinismo ou a ignorância dos agentes do

Estado que desconsideram que o acesso a qualquer ambiência computacional demanda posse de dispositivo, de conexão e, não menos importante, de vivência cibercultural que, vale ressaltar, não pode se limitar à alfabetização digital, mas deve ser produzida em meio a processos de letramentos cibertécnicos.

Eu sou totalmente leiga em aulas online, não sei nem por onde começar, deveria ter uma capacitação antes para preparar quem tem dificuldades. *(Postado em 20 de março de 2020, em grupo do Facebook).*

Não sou de postar neste grupo. Mas, estes dias estou bad (como a gíria diz). A primeira coisa para se trabalhar com a Educação à distância é o professor ter a capacitação e os instrumentos para poder exercer.

Muitos professores não tem sequer um computador, smartphones não dispõem de todos os recursos que um computador têm. Muitos não tem acesso à rede wi-fi. Tem colega de profissão que ainda vai em Lan house para fazer prova, pasmem! Para um aluno cursar o EAD ele responde a um questionário para saber se ele tem o domínio e as ferramentas (notebook, computador, internet, etc).

Porque se ele disser que sim, e no meio do caminho dizer que ficou sem internet, sem notebook, o professor não irá querer saber, ele estará reprovado.

Existe uma preparação ANTES do processo pedagógico e não no caminho como a SEEDUC está fazendo.

Não sou contra o EAD. Fiz alguns cursos assim. Sou contra a forma que a secretaria está fazendo. Ela não conhece a realidade dos professores e seus alunos.

Metade dos alunos do ensino fundamental não entraram. Mães entram em contato comigo via menseger, instagram pedindo ajuda. Alunos de ensino médio também. Tive que gravar um vídeo para uma aluna ensinando como entrar na plataforma. Alunos do Ensino Médio que não dominam as ferramentas básicas do word. E que também alguns não conseguem entrar.

O que serão desses que não tiveram acessibilidade? As escolas estão fechadas. Como receberão este material em suas residências? Não vão receber.

Ajudo pela empatia.

Não julgo quem gosta ou não da EAD, quem está na plataforma ou não.

Comparar com uma escola particular? Sem possibilidade! Não vou entrar nesse mérito.

Ensinar exige formação, metodologia e didática e isso deve ser ANTES de entrar em uma sala de aula quer seja presencial ou virtual. *(Postado em 16 de abril de 2020, em grupo do Facebook).*

Em outras palavras, não basta ao professor a ser formado nessa competência específica o acesso aos meios^{xlii}, mas é fundamental que ele tenha oportunidade e tempo de aprender e praticar uma nova língua, com todas as complexidades que um novo idioma apresenta enquanto o estamos conhecendo. Cabe frisar ainda, na apresentação dessa iniciativa um tanto apressada da Seeduc, que o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-Rio) alega que a rede de profissionais não foi ouvida no processo de escolha do “Google Sala de Aula”. O Sepe concorda com o posicionamento do MP-RJ no que diz respeito a não contabilização das aulas online para a composição do calendário acadêmico.

Será que temos esse tempo a perder? A quem cabe decidir sobre o tempo e sobre aquilo que cabe nele ou o que dele transborda? Ao Estado? Ao mercado? Às instituições sociais?

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Entre na plataforma da EAD do governo, o Google Classroom, só para ter o que fazer e justificar meu magro salário, porque sei que essa merda não vai funcionar. Nem todo mundo tem banda larga em casa, nem todo mundo tem sossego para estudar em casa. Então vou lá, posto umas historias em quadrinho da Turma da Mônica para o sexto ano do fundamental, poemas e contos para os alunos do primeiro ano do Ensino Médio, sugiro filmes do Youtube, sem esperança que sequer um terço dos alunos veja isso.

Disse agora há pouco no grupo de whatsapp do CIEP xxx que o secretário Pedro Fernandes é apenas um idiota fascinado por uma tecnologia inacessível para a maioria da população. O incompetente acha que moramos na Suíça. *(Postado em 6 de abril de 2020, em grupo do Facebook).*

A insistência em dar seguimento ao calendário escolar por meio de aulas remotas, sem o debate e o preparo necessários, buscando pacotes de soluções vendidos no mercado, ignorando as obviedades estatísticas – sejam as que informam sobre o avanço da Covid-19 no país, sejam as que lançam luz à exclusão digital e cibercultural das camadas populares – encontra eco em dois movimentos complementares: de um lado, o negacionismo da ciência e de todo conhecimento que conteste visões de mundo comprovadamente absurdas, mas úteis aos grupos que ascenderam ao poder no Brasil, como a defesa da Terra plana, para citar apenas um exemplo^{xliii}; de outro, a ânsia do mercado por lucros patrocinados pelo erário e as insistentes recomendações do Banco Mundial para a transição gradual do ensino presencial à Educação a distância^{xliv}.

O EAD como ferramenta complementar já deveria estar implementado na rede pública há anos como o está na rede privada, mas até então não houve o menor interesse institucional nesse sentido. Na minha opinião humilde, o funcionamento da educação pública neste momento está longe de ser uma prioridade.

A saúde da população pobre, nossa clientela, está desprovida dos recursos mínimos de proteção e manutenção contra esta doença. Não se leciona para mortos.

E nesse contexto, a implantação improvisada e precipitada de um sistema de EAD ao meu ver se apresenta como uma perda de tempo, energia e dinheiro com fins eleitorais, e ainda usando como "cabo eleitoral" a classe docente: ingênua, em parte obtusa, já desgastada de anos de desprestígio, fragilizada pelos fatos atuais e agora ainda pressionada e moralmente assediada pelo poder público. Paz e bem. *(Postado em 4 de abril de 2020, em grupo do Facebook).*

Na pandemia, muito dinheiro sem licitação estará jorrando para as empresas, muito mais, do que para as pessoas físicas, que movimentam a economia

real. O uso da EaD sem transparência, sem discussão com a comunidade escolar, sem saber se vai alcançar os alunos, muitos sem recursos, assim como os professores é um desses casos. Acredito na EaD, apenas para lugares ou situações onde não há acesso presencial de professores. É o caso da pandemia, talvez, mas esse aspecto emergencial não prescinde de uma ampla discussão com os profissionais de educação e as entidades que os representam, para evitar o risco de oportunismos e não atingir a quem realmente interessa que são os alunos. *(Postado em março de 2020, em grupo do Facebook).*

A pandemia criou o cenário oportuno para o alcance de objetivos postos há muito tempo: a intensificação de um modelo de sociedade comprometido com a redução do Estado e o estabelecimento de práticas educativas mais afeitas ao controle, menos dispendiosas e comprometidas, em teoria, com uma formação técnica voltada ao mercado de trabalho. A oferta educacional mediada por dispositivos e softwares que armazenam dados, que deixam rastros e que podem ser acessados por gestores e forças políticas que, nos últimos tempos, têm se dedicado a maldizer as escolas e os professores, tentando emplacar um modelo educacional pautado na mordança e na vigilância, cai feito uma luva para os anseios de controle e de difusão de certa visão distorcida do mundo.

Se o projeto Escola “sem” Partido^{xlv} já era uma ameaça ao ensino presencial laico, comprometido com a diferença e ancorado na autonomia docente, imaginemos o que está por acontecer com a oficialização da substituição, esperamos que temporária, do ensino presencial para práticas educativas não presenciais. Nas últimas eleições presidenciais a questão da EAD para a Educação Básica estava na pauta do programa que saiu vitorioso. A proposição do então candidato alegava redução de custos, mas também maior autonomia dos pais na educação dos filhos, sem a participação – por eles considerada nociva – da escola e dos professores.

Conversei muito sobre o ensino a distância. Me disseram que ajuda a combater o marxismo. Você pode fazer ensino a distância, você ajuda a baratear. E nesse dia talvez seja integral. (...) No fundamental, médio, até o universitário. Todos podem ser a distância, depende da disciplina. Fisicamente em época de prova ou aula prática.^{xlvi}

Ainda que não esteja no recorte geográfico deste artigo, consideramos oportuno citar brevemente um movimento de parceria público-privada firmada, na pandemia, entre São Paulo, Paraná, Amazonas e Pará com uma das empresas participantes da campanha de Jair Bolsonaro^{xlvii}. O objetivo dessa parceria seria viabilizar o ensino remoto nesses Estados para 7,7 milhões de alunos e professores. O conjunto de aplicativos oferecidos pela empresa, contudo, tem gerado uma série de reclamações dos usuários: não funciona em celulares mais

antigos, apresenta deficiências de som e imagem e ainda armazena os dados dos usuários, tornando-os potencialmente acessíveis e disponíveis às transações ilegais. Além disso, um dos apps disponíveis na IP.TV – a TV Bolsonaro – coloca os estudantes à mercê de mentiras e teorias da conspiração bolsonaristas.

Quem frequenta o canal encontra um cardápio ininterrupto de programas com discursos, propagandas do governo e depoimentos de usuários que reproduzem notícias falsas e fazem apologia ao uso de armas e à ditadura militar. [...] A TV Bolsonaro está no menu oferecido a estudantes do Amazonas e do Pará que têm entre quatro e 17 anos de idade, ao lado de vídeos das aulas da rede de ensino público. Para terem acesso ao conteúdo didático, eles precisam baixar e usar o aplicativo da IP.TV, em que são bombardeados pelos conteúdos bolsonaristas.^{xlvi}

O exemplo da IP.TV serve de alerta para que nos mantenhamos atentos frente às decisões emergenciais de gestores e políticos que, nos tempos que correm, assumem para si a tarefa de decidir a forma como daremos as nossas aulas. Sabemos que tais tentativas de controle, de interferência nos currículos^{xlix}, o desejo de pautar conteúdos e procedimentos não são novidades inventadas pela mediação tecnológica, mas por meio desses artefatos poderão ser potencializados e rastreados com vistas a punições e perseguições aos professores e também aos estudantes. Por outro lado, reconhecemos a capacidade de invenção, de criação de outros possíveis dos *docentesdiscentes* que, como diz Certeau (1994), operam com táticas, golpe a golpe, como convém ao fraco que aguarda, vigilante, as brechas do poder proprietário para, então, caçar, criando surpresas ali, onde ninguém espera. Como um vírus que contamina corpos e mentes, suspende o ar e, de repente, muda tudo, vira o mundo do avesso, desinventa a calma *mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma*^l.

Referências

ALVES, N. A formação da professora e o uso de multimeios como direito. In: FILÉ, V. *Batuques, fragmentos e fluxos: zapeando pela linguagem audiovisual no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, pp. 25-40.

_____. *Nilda Alves: praticantepensante de cotidianos/ organização e introdução*. GARCIA, A.; I. B.de OLIVEIRA; textos selecionados de Nilda Alves. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BÁRBARA, I. S.; CUNHA, F. L. de.; BICALHO, P. P. G. de. “Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, G. (ORG.). *Escola “sem” Partido*. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 105-120.

BOURDIEU, P. *Sur la télévision*. Liber: Paris, 1996.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 205. Disponível em: <<https://bit.ly/2O0TBUG>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: LOURO, G. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

_____. Vida precária. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano*:1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORRÊA, M. de V.; ROZADOS, H.B.F. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. In: *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 22, n.49, p. 1-18, maio/ago., 2017.

DELEUZE, G. *Entrevista concedida por Deleuze à Claire Parnet*, em 1986. Disponível em: <<https://bit.ly/2BFH5rn>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____; PARNET, C. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (ORG.). *Escola “sem” Partido. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-34.

HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HENRIQUE, T. COVID-19 e a internet (ou estou em isolamento social físico). *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 173-176, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2KMPtG5>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NOLASCO-SILVA, L. *Tecnodocências: a sala de aula e invenção de mundos*. Devires: Salvador, 2019.

SANTOS, B. de S. *A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, E. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? #livesdejunho... In: *Revista*

Docência e Cibercultura. Disponível em: <<https://bit.ly/2BLV9zi>>. Acesso em: 27 de jun. 2020.

_____. A Cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos, In: FONTOURA, H. A.; SILVA, M. (Orgs). *Práticas Pedagógicas, Linguagem e Mídias: desafios à Pós-Graduação em Educação em suas múltiplas dimensões*. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011, p.75-98. Disponível em: <<https://bit.ly/38CbLpt>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SENNETT, R. *O artífice*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ⁱ Professor adjunto da Faculdade de Educação da UERJ. Pós-doutor em Educação (UERJ); Doutor em Literatura Comparada (UFF) e em Educação (UERJ); Mestre em Políticas Sociais (UENF); Bacharel em Ciências Sociais (UENF). E-mail: leonolascosilva@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9814-259X>.

ⁱⁱ Servidor da Fundação Cecierj. Doutor em Educação (UERJ), Mestre em Políticas Públicas (UFRJ), Bacharel em Relações Internacionais (PUC-RIO). Graduando em Direito (UERJ). E-mail: vlobianco@cecierj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0083-303X>.

ⁱⁱⁱ Bacharel em Turismo (UNESA); Graduando em Pedagogia (UERJ). E-mail: matheusfdelgado@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3047-3576>.

^{iv} Optamos por uma escrita mais fluida, que seja capaz de abranger um público não necessariamente iniciado nos textos acadêmicos. Para tanto, trouxemos para as ‘notas de fim’ parte das conceituações e problematizações teóricas, além dos dados estatísticos que tendem a deixar o texto mais “engessado”.

^v Em 27 de junho de 2020, enquanto escrevamos este texto, o Brasil contabilizava 57.070 mortes por Covid-19, 1.313.667 de casos confirmados e 715.905 pacientes recuperados, de acordo com os dados oficiais.

^{vi} Falamos, em especial, das demandas que serão colocadas para o exercício do magistério durante a pandemia e nos tempos posteriores ao seu desfecho. Os professores da Educação Básica, em muitas cidades e Estados, já foram convocados a traduzirem suas aulas presenciais em encontros remotos, às vezes nomeados de EAD, outras de Educação Online, quase sempre não ficando muito clara a distinção entre esses conceitos de práticas educacionais. No Ensino Superior, ainda estamos em via de decidir o que fazer no que diz respeito ao retorno das atividades de ensino, mas já praticamos, em todas as outras tarefas acadêmicas, soluções mediadas pelo digital em rede.

^{vii} Temos trabalhado, a partir de Richard Sennett (2009), com a ideia do trabalho docente que desconhece, na atualidade, o tempo de descanso, uma vez que somos acionados a todo tempo pelos dispositivos que nos conectam o tempo todo. Recorrendo ao velho Marx (2004) e suas definições de *reino da liberdade* e de *reino da necessidade*, compreendemos que essa linha que demarcaria labor e vida pós-expediente encontra-se cada vez mais esquecida, suprimida pela facilidade do contato remoto que nos coloca numa espécie de prontidão constante para o trabalho.

^{viii} Há uma cobrança, sobretudo nas redes sociais online, para que estejamos produtivos, proativos, dispostos a viver e a comunicar o vivido durante a pandemia. Os discursos que circulam no ciberespaço, sobretudo nas postagens do Instagram e do Facebook, tentam nos convencer a experienciar a pandemia como *espaçotempo* de novas aprendizagens, de superação, de reinvenção da vida. Todavia, o luto, o medo, a desesperança, o desespero, as condições precárias de existência das vidas que não importam, dos corpos que pesam (BUTLER, 2000), apontam para experiências outras, para existências nem sempre *instagramáveis*, que enfrentam a pandemia na perspectiva das privações, da fome, da presença ameaçadora da morte.

^{ix} O isolamento social, imposto pelo avanço do novo coronavírus, joga luz sobre os modos de vida construídos na fase atual do capitalismo, onde a centralidade do trabalho e seus apelos à produtividade criaram uma sociedade do cansaço (HAN, 2017), exausta na labuta de precisar dar conta daquilo que conta para fecharmos as contas no fim do mês. O modo operatório do capitalismo contemporâneo nos conduz a viver sob a égide do

desempenho cujas métricas serão sempre inalcançáveis, para que nos mantenhamos em movimento. Não estamos no controle, há muito tempo.

^x Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xi} Entrevista de Boaventura de Sousa Santos. Disponível em: <<https://bit.ly/2O0VfFQ>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

^{xii} Tradução nossa da entrevista realizada em espanhol.

^{xiii} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xiv} Os nomes dos docentes serão preservados uma vez que os grupos netnografados não são de acesso público.

^{xv} Optamos, nas pesquisas *nos/dos/com os cotidianos*, por marcar em nossas grafias o entendimento de que seria mais adequado romper com algumas dicotomias que, no bojo da Modernidade, expressam modelos supostamente antagônicos. Na contramão desse movimento, escrevemos *ensinaraprender, tempospaço, práticasteorias etc.*

^{xvi} Para Certeau (1994), os homens e mulheres comuns, em suas práticas de usuários do que não foi por eles fabricado e que lhes foi oferecido ou imposto pelo mercado ou pelo Estado, criam outros usos, mundos, práticas possíveis com suas operações, produzindo sempre diferença em uma combinação singular de artes de fazer a partir do repertório dominante. Tais artes de fazer, que também constituem modos de saber, implicam uma produção secundária informada pelos desejos e interesses dos praticantes da cultura.

^{xvii} Para desenvolver a noção de *bricolagens tecnológicas*, o autor parte da definição de *bricoleur* de Certeau (1994). Para Certeau, em meio ao consumo e ao descarte – marcas das sociedades contemporâneas – há pessoas que fazem outros usos dos objetos descartados ou destituídos de suas funções. Trata-se de uma ação “desviacionista”. Esse sujeito, o *bricoleur*, fabrica a partir de tudo o que consome, reapropriando-se do sistema produzido. Na antropologia, o conceito de *bricolagem* tem centralidade na obra de Lévi-Strauss (1989). Trata-se da criação de objetos – ou da produção de atos – a partir de resíduos e fragmentos dos acontecimentos, testemunhos fósseis da história de um indivíduo ou de uma sociedade. A bricolagem, nessa perspectiva, é um *fazer com as memórias* – físicas (ressignificação de materiais) ou simbólicas (atualização dos rituais, por exemplo).

^{xviii} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xix} Para Butler (2011), o Outro, o ser detentor daquilo que é diferente a tudo que me constitui e me assegura certa estabilidade (falsa estabilidade, claro), representa a vida precária, é a marca do indefeso, aquele a quem desejamos (se estamos conforme a norma) matar. Vidas precárias são vidas que podem e/ou precisam ser subtraídas para que tenhamos certa legibilidade das nossas existências conformadas. Falamos, pois, de corpos que desviam das normas de gênero e sexualidades, dos corpos pretos, dos corpos de pessoas pobres que apontam, em suas presenças incômodas, a arbitrariedade dos modelos, dos protocolos, dos apelos de consumo, do estabelecimento de uma única e supostamente nova normalidade. Os corpos *matáveis*, os que não merecem/precisam existir no estágio atual do capitalismo, são exatamente os corpos que não conseguem fazer parte dos acordos que têm sido feitos sob a sombra do vírus, sobretudo no que diz respeito ao retorno da vida escolar/universitária mediada pelo digital em rede.

^{xx} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xxi} Lê-se na Constituição de 1988, Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

^{xxii} Quando falamos em Educação a distância e, mais especificamente, em Educação Online, compreendemos que as tecnologias e artefatos tecnoculturais presentes nos processos formativos, devem ser variados e condizentes com as vivências e saberes dos sujeitos envolvidos. Muitas tecnologias e procedimentos poderão compor as experiências de EAD, não apenas celulares, computadores e tablets, como usualmente se pensa. Televisão, rádio, materiais impressos, CD, DVD, jornais, revistas, jogos e uma infinidade de outros artefatos pedagogicamente usados (CERTEAU, 1994) poderão ser incluídos nas invenções curriculares de cada professor que, visto em ato, sempre cria autorias em meio aos encontros com as suas turmas. Professores e professoras não são apenas usuários das tecnologias, mas também inventores.

^{xxiii} O trabalho na modalidade *home office*, multiplicado por conta do isolamento social imposto pelo novo coronavírus, precisa ser compreendido na variedade das condições de existência que marcam o funcionamento

das desigualdades no sistema capitalista. Há de se considerar que, homens e mulheres, em suas experiências de pais, mães, cuidadores de pessoas com algum tipo de vulnerabilidade, inseridos em classes sociais díspares, habitantes de moradias mais ou menos adequadas à concentração, ao silêncio, à paz necessária ao exercício laboral não são possuidores das mesmas condições de executar o trabalho remoto. Por isso, o estabelecimento de metas, a exigência de produtividade, a imposição de um calendário são violências simbólicas que aprofundam as desigualdades sociais. Para Bourdieu (1996, p. 16) “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer”.

^{xxiv} Edméa Santos, em narrativa autobiográfica publicada na Revista Docência e Cibercultura (2020), visita os conceitos de Educação a distância, Educação Online e Ensino Remoto. Para ela, a Educação a Distância (EAD) é composta por “desenhos didáticos mais instrucionais, em que docentes orientam estudos, leituras, tiram dúvidas de conteúdos e administram a agenda do sistema. Cada aluno faz suas tarefas, prestando conta das atividades quase sempre individualizadas”. A Educação Online, por sua vez, deve ser compreendida como um fenômeno da cibercultura, marcada pela comunicação todos-todos. “Sem a presença dos alunos e docentes em processos de comunicação interativa, habitando a sala de aula cotidianamente, não temos educação online”. É necessário que todos estejam no AVA, “produzindo currículo online cotidianamente, juntas, criando e disputando sentidos, produzindo conteúdos e processos de subjetivação em rede”. Na educação online, continua Santos, “forma é conteúdo”, por isso é importante explorar as possibilidades hipermediáticas do digital em rede, sem cair na armadilha do instrucionismo que, há muito, marca também as salas de aula presenciais. Já o ensino remoto, que vem ganhando força durante a pandemia, “não é EAD e muito menos Educação Online”. Pratica uma comunicação com hora e dia marcados, em agendas que acoplam inúmeras disciplinas que, como é de se esperar, levam os alunos ao tédio. Santos salienta que, embora o ensino remoto permita que “encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares” aconteçam e garantam o encontro de professores e estudantes durante o isolamento social, por outro lado, as práticas remotas “repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos”. Disponível em: encurtador.com.br/buCHI. Acesso em: 27 jun. 2020.

^{xxv} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xxvi} Partimos, nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos escolares, da ideia de que professores e estudantes são capazes de mobilizar variados artefatos tecnoculturais em suas práticas de *ensinoaprendizagem* (ALVES, 2000). E essa capacidade está ligada aos usos que fazemos, cotidianamente, destes artefatos nos demais *espaçostempos* em que atuamos. A apropriação dessas tecnologias em contextos de escolarização formal, todavia, não é feita do dia para noite, mas em processos, mais ou menos longos, de negociação, de bricolagens, de tentativas que, às vezes, dão certo, outras não. Nossa preocupação é com a imposição de modelos fechados de ambientes virtuais, softwares, procedimentos padronizados que seguem a lógica, muito em voga nas políticas educacionais dos últimos anos no Brasil, de uma base nacional comum curricular que, entre inúmeros problemas, desconsidera as especificidades locais, a liberdade do professor para criar suas aulas e toda a gama de *conhecimentossignificações* produzidos no chão das escolas, sem que tenham sido registrados nos documentos oficiais.

^{xxvii} Precisamos reconhecer que algumas instituições de ensino têm se preocupado em encontrar caminhos mais democráticos de acesso às novas ambiências digitais de formação. Contudo, tal preocupação não encontrará uma solução simples e em curto prazo. Pode-se garantir acesso aos meios digitais ao maior número de pessoas possível, mas não se alcançará todo mundo, por razões que são estruturais e que se arrastam por séculos de desigualdades sociais. Há quem defenda, perversamente, que tais assimetrias já existem no ensino presencial, que a experiência de muitos estudantes de escolas e universidades tem sido desigual mesmo em situações de normalidade. É preciso sublinhar que essa normalização funciona como estratégia para perpetuar as desigualdades, apelando para a ideia inconfessa de seleção natural como definidora do público merecedor de estar nos bancos escolares e acadêmicos. É imperativo, contudo, assumir que a exclusão digital e, principalmente, a exclusão cibercultural ampliam absurdamente o abismo já existente entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) no que tange aos processos de escolarização.

^{xxviii} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xxix} São práticas de escrita de si marcadas pela exposição da “própria intimidade nas vitrines globais da rede”. (SIBILIA, 2008, p.13).

^{xxx} Referência ao auxílio emergencial de R\$ 600,00, previsto na Lei nº 13.982, de 02/04/2020, regulamentada pelo Decreto 10.316, de 07/04/2020. Cf. <<https://bit.ly/2VTkLkz>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

^{xxxi} Os excluídos da cibercultura são aqueles cuja vivência na rede não existe ou, quando existe, limita-se a gestos simples, sem maiores produções autorais ou itinerâncias autônomas pelo ciberespaço.

^{xxxii} Referência ao verso de Sampa, canção de Caetano Veloso.

^{xxxiii} A ecologia dos saberes, em Santos (2006), diz da valorização da diversidade de práticas e de conhecimentos produzidos fora dos autoproclamados centros de produção do saber. Ele aponta a urgência de pensarmos uma epistemologia do Sul enquanto resistência à globalização neoliberal. Trata-se de produzir uma contra hegemonia do conhecimento, reconhecendo a existência e a legitimidade dos *saberesfazeres* não restritos à ciência, produzidos localmente a partir de experiências não capturáveis por modelos e protocolos do Norte.

^{xxxiv} Entrevista concedida por Deleuze à Claire Parnet, em 1986. Disponível em: <<https://bit.ly/2BFH5rn>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

^{xxxv} “O acontecimento é sempre produzido por corpos que se entrecrocamos, se cortamos ou se penetramos, a carne e a espada; mas tal efeito não é da ordem dos corpos, batalha impassível, incorporal, impenetrável, que domina sua própria realização e domina sua efetuação”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 53).

^{xxxvi} Nome dado ao ato de curtir quem te curtiu no Tinder (aplicativo de relacionamentos).

^{xxxvii} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xxxviii} Ao usar o termo isolamento físico, invés de isolamento social, Henrique (2020, p. 6) entende, a partir do que preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS) que parte da sociedade se mantém conectada virtualmente, dando continuidade às relações familiares, trabalhistas, educacionais e etc., mesmo que não presentes fisicamente, promovendo “um grande espalhamento social, aqui na acepção de difusão social, irradiação social e alastramento social”.

^{xxxix} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xl} A iniciativa privada, que neste caso tem na empresa Google seu principal expoente, tem apresentado propostas de meios técnicos para as aulas remotas, mas também de pacotes de conteúdos educacionais.

^{xli} Verso da canção “Paciência”, de Lenine.

^{xlii} A Seeduc comprometeu-se com a distribuição, para professores e demais profissionais da rede, de 700 mil chips de dados gratuitos para acesso à Internet.

^{xliiii} Na confusão da pandemia, enquanto uns lutam pela vida e outros duvidam da presença ameaçadora da morte, emergem discursos tresloucados que colocam em dúvida a letalidade do vírus e exigem que a vida em sociedade siga uma normalidade produzida por idas ao shopping, ao salão de beleza e à escola. Os apelos da ciência e dos profissionais de saúde para que fiquemos em casa, cumprindo à risca o isolamento social, não convencem à horda de fanáticos que, não por acaso, vem há tempos propagando uma ideia de escola voltada à instrução dogmática, contrária ao conhecimento científico que conteste as certezas do campo moral e/ou religioso. Para muitas famílias o ensino remoto pode ser uma opção mais viável de controle, uma vez que já pleiteavam a possibilidade da educação domiciliar, enquanto hasteavam a bandeira do Escola “sem” Partido.

^{xliiv} O Banco Mundial, em relatório de 2002, sugere que os estados não aumentem o investimento público nas universidades, reduzindo o custo por estudante e substituindo, gradativamente, o ensino público pelo ensino privado (SANTOS, 2005). O mercado privado universitário, para Santos (2005), tem apresentado desafios complexos para pensar a educação, sobretudo ao incorporar as tecnologias da informação e da comunicação como ferramentas para a diminuição de custos.

^{xlv} Trata-se, em teoria já rechaçada por importantes pesquisadores do campo da Educação – como Frigotto (2017) – de um movimento “100% apartidário” que “tem dois objetivos: combater o uso do sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários e defender o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos” (BÁRBARA; CUNHA; BICALHO, 2017, p. 106). As iniciativas do *Escola “sem” Partido* caminham na direção de uma vigilância praticada com equipamentos de registro – celulares, principalmente – alinhada à grupos políticos conservadores e discursos religiosos extremistas, apoiados por uma mídia cujos interesses oscilam de acordo com as possibilidades de negócio.

^{xlvi} Fala do então candidato Jair Bolsonaro publicada na reportagem de O Globo, sob o título: “Bolsonaro defende educação a distancia desde o ensino fundamental”. Disponível em: <<https://glo.bo/38CS40C>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

^{xlvii} Trata-se da IP.TV que, de acordo com reportagem do portal *The Intercept*, foi a idealizadora do “Mano, um aplicativo de streaming de vídeos criado em 2018 para que a campanha de Jair Bolsonaro a presidente pudesse driblar os vetos de redes sociais a notícias falsas”. Disponível em: <<https://bit.ly/2O3Jrmr>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

^{xlviii} Disponível em: <<https://bit.ly/2O3Jrmr>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

^{xlix} Currículos, conforme compreendemos nas pesquisas nos/com os cotidianos, são *espaçostempos* de encontros entre diferenças, de reconhecimento e estranhamento, de escrituras sobrepostas, práticas negociadas, bricoladas e abertas à invenção, às contingências e às oportunidades. São atos coletivos, criados cotidianamente nas escolas, mesmo que em sua origem encontremos arbitrariedades políticas e teóricas e tentativas de controle. Currículos são declarações de intenções institucionais, produtos de políticas públicas e decisões administrativas. Mas são ainda derivações de corpos, mimeses de gestos, produção de desejos, inventividades e resistências daqueles que habitam os *temposespaços* escolares, com suas presenças - físicas e virtuais -, ausências, temporalidades, astúcias, confrontos, enfim, com aquilo que não tem governo, nem nunca terá.

¹ Verso da canção “Paciência”, de Lenine.